

Segunda-Feira, 15 de Junho de 2026

## MEC está ouvindo professores, pais e alunos para criar proposta que vai proibir celular nas escolas

**O ministério criou um grupo de trabalho para criar o texto e Camilo Santana informou que a apresentação da proposta, que seria em outubro, será somente após as eleições**

O ministro da Educação, Camilo Santana (PT), revelou ao *Diário do Nordeste*, na manhã desta sexta-feira (18), em Fortaleza, que o MEC já montou um grupo de trabalho e está ouvindo especialistas, professores, alunos e até pais para a elaboração de um projeto de Lei que vai proibir o uso de celular nas escolas de todo Brasil. Na noite de quinta-feira (17), o gestor adiantou que a iniciativa será apresentada somente após o segundo turno das eleições.

As declarações do ministro foram dadas logo após o evento em que foi realizada a assinatura da ordem de serviço de projeto para construção de seis sedes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Antes disso, em setembro deste ano, o ministro Camilo Santana adiantou ao *Diário do Nordeste* que o MEC trabalha em uma proposta para proibir o uso dos celulares nas escolas e que a medida já era, inclusive, de conhecimento do **presidente Lula**.

“Estamos com um grupo de trabalho no Ministério, chamando o pessoal do **Consed** [Conselho Nacional de Secretários de Educação], responsáveis pelo ensino médio, a **Undime** [União dos Dirigentes Municipais de Educação] também, que é responsável pelo ensino fundamental, chamando especialista pra gente fazer um bom debate”, disse Camilo Santana.

O ministro também afirmou que essa discussão precisa focar ainda a **ressocialização dos alunos** e destacou que o uso de aparelhos eletrônicos só deve ser admitido se for destinado a atividades pedagógicas na escola.

“A ideia é que possamos encaminhar um projeto que precisa uniformizar (a medida) em todo o Brasil. Tem estados com lei, mas queremos uniformizar para todo o Brasil, a partir de uma construção, ouvindo cada segmento, cada setor”, acrescentou.

Questionado sobre a participação de alunos e professores na elaboração do projeto, o petista confirmou que serão chamados e acrescentou que pais também serão consultados. “A proposta precisa ser construída por todos os atores, ouvindo professores, ouvindo as entidades, ouvindo os pais”, destacou.

O ministro citou ainda que uma pesquisa Datafolha, publicada nesta semana, revelou que mais de 60% das pessoas acima de 16 anos concordam com a proibição de celulares nas escolas. Ele voltou a sinalizar que até mesmo no horário do recreio o uso deverá ser proibido e ressaltou que “isso atrapalha até a **convivência dos próprios colegas** até no recreio da escola” que, segundo ele, ao invés de estarem “jogando bola, conversando ou lendo livros na biblioteca”, estão apegados ao celular.

## CÂMARA DISCUTE PROIBIÇÃO DE CELULARES HÁ 20 ANOS

Neste mês, os deputados da comissão de Educação da Câmara Federal retomaram a tramitação do Projeto de Lei 104/2015 que tramita há 9 anos, de autoria do deputado Alceu Moreira (PMDB/RS). Na quarta-feira (9), o relator da proposta o deputado Diego Garcia (Republicanos/PR) apresentou um texto que substitui o original.

A esse PL atual foram incorporados mais 12 projetos que tratam da mesma temática na Câmara Federal. Entre os itens modificados está a aplicação da medida somente à educação básica (infantil, fundamental e médio) e não ao ensino superior, como previa o projeto inicial.

Agora, o próximo passo é a apreciação na Comissão e, se aprovado, segue para a Comissão de Constituição e Justiça, no entanto, não será preciso ir ao plenário.

Essa regulamentação do uso de celular nas escolas tem sido discutida há cerca de 20 anos e pelo menos 18 projetos de lei sobre o tema já foram apresentados na Câmara dos Deputados, desde 2007. As iniciativas também defendem o uso pedagógico da ferramenta e, entre as justificativas, há relatos de professores e pesquisas sobre o assunto.

Os textos citam ainda situações favorecidas pelo uso do celular, como troca de mensagens, jogos, **uso de redes sociais** e acesso a pornografia e a cenas de violência por meio dos aparelhos.

fonte diariodonordeste